

**Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização –
CMA**

REQUERIMENTO Nº , DE 2013 – CMMC

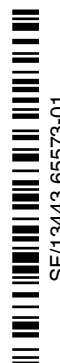
Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, **a realização de Audiência Pública** desta Comissão, em conjunto com as Comissões de Desenvolvimento Regional, do Senado Federal – CDR, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados – CMADS e Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas - CMMC **para debater na forma de seminário** sobre “Os efeitos das mudanças do clima para o Semiárido”.

Para debater o tema: Situação e impactos das Mudanças Climáticas na região do Semiárido, requeiro que sejam convidadas as seguintes autoridades:

- ***Cenários Climáticos para o Semiárido*** – Eduardo Sávio Martins - Fundação Cearense de Meteorologia – Funceme;
- ***Mudanças Climáticas e Desertificação no Semiárido*** – José Marengo - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE;
- **Impactos das Mudanças Climáticas nos Recursos Hídricos do Semiáridos** – ...Representante da Agência Nacional de Águas – ANA;
- ***Impactos Econômicos da Desertificação*** – Antônio Magalhães - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE;
- ***Impactos Econômicos das Secas*** – Estélio Gama - Banco do Nordeste do Brasil – BNB;
- **Impactos Sociais das Mudanças Climáticas** - representante da Fundação Joaquim Nabuco -FUNDAJ

Para debater o tema: Soluções para mitigação dos efeitos da desertificação e da seca no semiárido e Fortalecimento Institucional como instrumento para o combate à Desertificação, requeiro que sejam convidadas as seguintes autoridades:

- ***O Fortalecimento da Ciência e Tecnologia*** – Antônio Galvão -Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE;
- ***Experiências para a mitigação dos efeitos de seca e desertificação*** – representante da Embrapa Semiárido;



SF/13443.65573-01

- **Estudo de Caso** – representante do Programa de Desenvolvimento Hidroambiental – Prodhham.

Justificativa

Já é consenso entre a comunidade científica que o clima sofrerá alterações, de maior ou menor magnitude, em todo o território nacional, ao longo deste século. Cito notícia da Agência FAPESP, publicada em 10/09/2013, que trata do primeiro Relatório de Avaliação Nacional (RAN1) do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), cujo sumário executivo foi divulgado no dia anterior (09/09), durante a 1ª Conferência Nacional de Mudanças Climáticas Globais (Conclima):

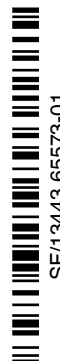
“Agência FAPESP – O clima no Brasil nas próximas décadas deverá ser mais quente – com aumento gradativo e variável da temperatura média em todas as regiões do país entre 1 °C e 6 °C até 2100, em comparação à registrada no fim do século 20. No mesmo período, também deverá diminuir significativamente a ocorrência de chuvas em grande parte das regiões central, Norte e Nordeste do país. Nas regiões Sul e Sudeste, por outro lado, haverá um aumento do número de precipitações.”

Não há dúvida, igualmente, de que as alterações mais dramáticas, com repercussão não apenas regional mas nacional, deverão ocorrer no semiárido brasileiro, atingindo os estados do Nordeste e vasta região do Estado de Minas Gerais (no norte e no nordeste de Minas, por exemplo, a desertificação avança em ritmo preocupante). Esta é igualmente a região sobre a qual mais estudos foram feitos, com avaliações e projeções que podem fundamentar o estabelecimento de políticas públicas adequadas para o enfrentamento da questão.

Há algum tempo, instituições como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Fundação Osvaldo Cruz, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), entre outras, alertam para o perigoso avanço da desertificação do semiárido, com impactos econômicos, sociais e ambientais nefastos à população sertaneja.

Diante das evidências, torna-se necessário uma firme ação governamental para o enfrentamento deste problema. As políticas direcionadas para a região mantêm, em boa medida, sua tradicional lógica assistencialista, sem o estabelecimento de políticas estruturantes e sistêmicas que permitam o enfrentamento adequado da situação. Vale lembrar que o combate aos efeitos da desertificação deverá ser levado a cabo juntamente com a implantação e o aprofundamento de políticas públicas voltadas para a superação de problemas crônicos da região, como a pobreza, o baixo índice educacional e a precariedade do atendimento à saúde, por exemplo.

Estudos Centro de Estudos para o Planejamento da Universidade de Minas Gerais – CEDPLAR e Fundação Osvaldo Cruz, apontam para cenários preocupantes no



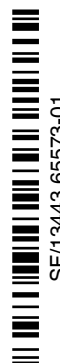
médio e longo prazo, como por exemplo: perda de significativas parcelas de áreas produtivas especialmente nos Estados do Ceará, Piauí, Paraíba e Pernambuco com consequente queda do PIB; aumento significativo na taxa de migração, que pode chegar até 24% para a população economicamente ativa, sendo os principais destinos a Amazônia e o Centro-Oeste.

O Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas alerta que a temperatura na Caatinga deverá aumentar entre 0,5 °C e 1 °C e as chuvas no bioma diminuirão entre 10% e 20% até 2040. Entre 2041 e 2070 o clima da região deverá ficar de 1,5 °C a 2,5 °C mais quente e o padrão de chuva deve diminuir entre 25% e 35%. Até o final do século, a temperatura do bioma deverá aumentar progressivamente entre 3,5°C e 4,5°C e a ocorrência de chuva diminuir entre 40% e 50%.

Como podemos observar, o problema da desertificação está mais fortemente localizado no semiárido, mas seus impactos terão dimensões nacionais. Precisamos, urgentemente, discutir em profundidade a situação presente e futura, e avaliar as soluções que podem ser propostas para o enfrentamento dos problemas que certamente advirão. Daí a oportunidade da realização da audiência pública aqui proposta. O Congresso Nacional não pode abandonar a região mais pobre do Brasil à sua própria sorte.

Sala da Comissão, 26 de setembro de 2013.

Senadora Vanessa Grazziotin
PCdoB-AM



SF/13443.65573-01